

## **“LÁ NINGUÉM ACEITA VISA”: periferia de Florianópolis, políticas do tempo e o sentimento de descompasso temporal**

Vinícius Silveira Luz<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente ensaio busca investigar o uso de categorias temporais e experiências de tempo na apresentação da periferia florianopolitana. Nossa fonte principal é uma crônica jornalística de 2011, intitulada “o que é que a Tapera tem”, que apresenta, como anedota, uma série de características físicas e simbólicas da comunidade periférica da Tapera, no sul da Ilha de Santa Catarina. A chave de leitura aqui proposta é dada pela consideração do jornalista de que “lá [na Tapera] ninguém aceita Visa”. Ou seja, por meio da analogia com o cartão de crédito “Visa”, busco delinear a formação simbólica da periferia enquanto alteridade negativa, não de forma meramente material, mas como contraponto à experiência temporal da cidade moderna e contemporânea, simbolizada pela modernidade do símbolo “Visa”. Essa análise, complementada também por relatos orais de interlocutores da comunidade, é circunscrita pela concepção de políticas do tempo de Mudrovcic (2018) e de heterocronias de Salomon (2021). Apresentarei também, brevemente, uma reflexão a respeito da natureza das relações entre centro e periferia, historicamente colocadas no Brasil desde o desenvolvimento da teoria da dependência e interpretadas por Schwarz (1992) enquanto um sentimento de despropósito na vida ideológica brasileira e posteriormente comentada por Tavolaro (2021) como um descompasso temporal entre a realidade brasileira, periférica e a temporalidade moderna, central.

**Palavras-chave:** Periferia; Políticas do Tempo; Formação simbólica; Florianópolis; Descompasso temporal.

Falar sobre cidades é falar sobre o tempo. Salomon (2018) menciona que os espaços, por exemplo, não são lugares vazios em que apenas se situam as coisas e as pessoas, eles são heterogêneos, um conjunto de relações que definem “locais irredutíveis uns aos outros” (Solomon, 2018, p. 20). Heterotopias, como ele denomina. Essas relações, entretanto, não são apenas relações sociais, culturais etc., são também relações temporais. Ou seja, os espaços estão ligados e estabelecem relações diretas com o tempo. Assim, a existência de diferentes espaços também presume a existência de diferentes tempos. Se essa premissa é verdadeira, temos que: “o tempo em que vivemos não é tampouco um vazio no qual se podem simplesmente situar os indivíduos e as coisas; ele é um tempo heterogêneo.” (Salomon, 2018, p. 22).

---

<sup>1</sup>Mestre e doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/FAED. Pesquisa apoiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



A partir dessa concepção, de uma heterogeneidade fundamental do tempo — ligada, como vimos, a uma heterogeneidade do espaço — Salomon (2018) discorre sobre o conceito de heterocronia. A ideia principal contida no conceito é a saída de um tempo singular, homogêneo, sincronizado, e construído por historiadores com base numa certa concepção de ciência positivista, para a transição na direção de uma diferente episteme, que considera o tempo enquanto múltiplo, formado por diferentes camadas temporais, heterogêneo e dessincronizado. Quando falamos em heterocronias, então, pensemos na multiplicidade de experiências com as quais são produzidas múltiplas temporalidades e formas de experiência temporal, que transformam-se no presente em aspecto fundamental, singular e inadiável do fazer historiográfico. Temos com isso a percepção de que a reflexão sobre o tempo, ou melhor, os tempos, não pode mais ser vista pelo historiador apenas enquanto ferramenta metodológica secundária, mas como condição primeira da construção do conhecimento e do pensamento históricos.

Cidades são lugares perfeitos para observar a multiplicidade e a sobreposição de temporalidades no presente. No chão de toda cidade, debaixo dos nossos pés, ainda são descobertos objetos cotidianos, calçamentos antigos e restos mortais de outros tempos que aos poucos vão se acumulando, uns sobre os outros, assim como na estratigrafia da Toscana com NicolausSteno(Jordheim, 2018). Revelando assim a própria estratigrafia do presente, cidades são também lugares onde prédios, casas, museus e calçadas disputam a paisagem urbana, competindo por espaço e atenção. Onde estilos arquitetônicos e construções, que são inevitavelmente marcas de determinado tempo, ocupam e compartilham espaços semelhantes no presente (Gattinata, 2018; Mata, 2018). Além daqueles que já sobreviveram aos impulsos destruidores da modernidade.

Falando em modernidade, as cidades são marcadores fundamentais desse novo tempo e dessa nova relação com o tempo inaugurados com o advento da modernidade. Esse processo é marcante na Paris do final do século XIX, com as grandes reformas urbanas propostas por Napoleão III e pelo Barão de Haussman. Essas mudanças envolviam a destruição da antiga paisagem e a instituição de novas formas de relacionamento com a cidade, para a então construção abrupta de novos monumentos da modernidade. Berman (2007) narra esse movimento:



O empreendimento pôs abaixo centenas de edifícios, deslocou milhares e milhares de pessoas, destruiu bairros inteiros que aí tinham existido por séculos. Mas franqueou toda a cidade, pela primeira vez em sua história, à totalidade de seus habitantes. Agora, após séculos de vida claustal, em células isoladas, Paris se tornava um espaço físico e humano unificado. (Berman, 2007, p. 178).

Como afirma Tavolaro (2021) “o advento da era moderna fez-se acompanhar da instauração de uma configuração temporal sem precedentes” (p. 1060). Essas grandes mudanças materiais eram também sinais de mudança nas mentalidades e sociabilidades apoiadas e expressas na crença e na percepção de que um novo tempo era inaugurado, inscrito agora nas cidades. Essas novas formas temporais modernas estavam relacionadas principalmente a um estado de “mudança constante, rápida e permanente” (Hall, 2006, p. 14). Em oposição com as sociedades tradicionais onde o passado era venerado e orientava toda ação futura, na Idade Moderna temos uma ruptura entre presente e passado, onde o antiquado perde seu valor enquanto exemplo e a ideia de futuro passa orientar o presente e as ações futuras. A categorial temporal do progresso foi, nesse sentido, inaugurada com o objetivo de dar conta desse movimento temporal ininterrupto, unilinear, homogêneo e que sincronizava tempos outros em uma grande narrativa, unificada e ordenada pelas medidas comuns do desenvolvimento e o progresso. De origem ocidental e europeia, esse modelo não demorou a propor-se enquanto referência universal.

Os processos de modernização, tanto na esfera material quanto na ideal, manifestaram-se de maneira notória no contexto urbano brasileiro. Esta transformação é evidente no Rio de Janeiro do início do século XX, marcado pelas políticas de demolição implementadas pelo prefeito Pereira Passos, por exemplo. Entretanto, processo semelhante também tomou lugar em Florianópolis, Santa Catarina. Em ambos os casos tais desenvolvimentos tinham relação com o início dos processos de marginalização e formação de favelas na cidade. Desse modo, em Florianópolis, os eventos de modernização e marginalização são datados do começo do século XX, principalmente durante a reforma da área que hoje corresponde à Avenida Hercílio Luz, no centro da cidade. Por volta de 1880, essa região era ocupada pelo córrego da Fonte Grande, também conhecido como Rio da Bulha, que naquela época se caracterizava pelo acúmulo de resíduos e esgoto lançados em suas águas. Este córrego, que atravessava a cidade, deteriorou-se consideravelmente no início do século XX, quando a saúde pública se tornou uma questão premente para o

desenvolvimento urbano no Brasil, em meio às grandes crises de malária e varíola, ocasionadas pelo descontrolado crescimento urbano nos centros metropolitanos, e os acontecimentos da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904.

Em Florianópolis, a problemática da higiene pública tornou-se alarmante na década de 1910, desencadeando uma verdadeira batalha na campanha estadual pela higiene. Nesse contexto, destaca-se o envolvimento significativo do então governador Hercílio Luz (1918-1922) nas iniciativas de urbanização e saneamento que focalizavam o litoral catarinense, sobretudo a capital. Foram realizadas diversas intervenções urbanas e sanitárias que introduziram novos padrões de convívio urbano na cidade. Tais reformas visavam transformar Florianópolis em uma cidade menos ‘colonial’, naquela época, sinônimo de atraso e insalubridade. A Avenida inaugurada em 1922, inicialmente denominada Avenida do Saneamento e posteriormente rebatizada como Avenida Hercílio Luz, é emblemática nesse contexto. A construção desta via implicou na demolição de diversos cortiços localizados nas margens do infame e poluído Rio da Bulha, viabilizando, assim, o saneamento da região central. Contudo, tal intervenção resultou na expulsão e marginalização de toda a população de baixa renda da área para as encostas dos morros da região (Araújo, 1999).

Na virada do século XX a primeira favela do Rio de Janeiro, até então conhecida como “morro da Favela”, já era vista enquanto alvo de preocupação sanitária dos agentes públicos do Distrito Federal. Alvito e Zaluar (2005) descrevem, por exemplo, como a cena institucional carioca do século XX adotava uma retórica que via as favelas enquanto problemas de “patologia social” e de “poluição” (p. 9). Afirmam, desse modo, que: “já no início deste século os morros da cidade eram vistos pela polícia e alguns setores da população como locais perigosos e refúgios de criminosos” (Zaluar; Alvito, 2006, p. 10).

Como pudemos observar, o processo de inscrição da modernidade no Brasil, é marcado pelo aspecto desigual e ‘deslocado’ se comparado com os mesmos processos na Europa, tidos como padrão universal. É marcante, por exemplo, como o desenvolvimento das primeiras favelas de Florianópolis está associado às primeiras obras de modernização urbana da cidade. Assim, a existência desses espaços estava intimamente ligada à valorização imobiliária experimentada na capital a partir da construção da Avenida Hercílio Luz (1918-1922) e das reformas urbanas que possibilitaram sua construção, bem como a inauguração da Ponte Hercílio Luz (1926) e o conseqüente desenvolvimento urbano da região continental da cidade. Desde então, as populações involuntariamente marginalizadas — deslocadas por conta



da valorização das regiões onde viviam — conviviam com “a pobreza, a inexistência do fornecimento de água encanada, esgoto, energia elétrica e transporte.” (Lohn, 2016, p. 32).

Fundamental é a percepção, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Florianópolis, da imposição, e depois sugestão, dessas novas sociabilidades e formas de relacionamento com a cidade enquanto ideias basilares no processo de construção de ‘novas’ cidades. Cidades modernas. Dentro desse processo, entretanto, tornou-se evidente a criação do ‘outro’ na cidade, representado pelas populações pobres que com a expansão e modernização urbanas foram constantemente relegadas a espaços marginalizados e segregados espacialmente. Na capital de Santa Catarina os efeitos da segregação são observados em obras e intervenções públicas que acabaram afastando:

Os mais pobres e os cortiços de áreas estratégicas como a Av. Hercílio Luz; concentrando os equipamentos e atividades consideradas depreciativas em áreas sem interesse de ocupação pela população de mais alta renda (incinerador de lixo, estação de tratamento de esgoto, cemitério), no extremo oeste da península; saneando e valorizando as praias como área de lazer, solidificando o processo de expansão da população de alta renda para a Praia de Fora (baía norte); impedindo a construção, nas áreas centrais, de edificações fora das novas regulamentações, pressionando, assim, os setores populares a habitarem as encostas de morro, a área continental ou outras localidades mais afastadas, situadas ao longo da ilha. (Sugai, 2002, p. 47).

Segundo Tavolaro (2021) o *topos* do pensamento social brasileiro foi composto, por boa parte do século XX, pela ideia de uma falta de adequação da realidade brasileira à modernidade europeia. Como um descompasso temporal em relação ao moderno europeu. De Joaquim Nabuco a Euclides da Cunha o ‘atraso’ e a ‘decadência’ eram percebidos enquanto marcas do país. Já no movimento modernista eram notáveis as menções a uma mistura do moderno ao arcaico, e do complexo ao rudimentar que constituiriam assim a cultura brasileira. Ainda assim, esses elementos arcaicos pareciam ser, no pensamento intelectual, figuras que impediam o Brasil de superar o atraso. Como um “passado que insistia em prolongar-se no presente” (Tavolaro, 2021, p. 1064).

Esse pensamento, apesar das mudanças na forma com que certos elementos são encarados — principalmente a raça — mantém-se vivo nos escritos de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda. Para Tavolaro (2021) os dois intelectuais convergiam no entendimento de que no curso do século XIX certas ideias e práticas advindas da Europa provocavam mudanças na estrutura da sociedade brasileira. Essas alterações, entretanto, se



dariam sempre de maneira incompleta devido a certos aspectos da cultura brasileira “refratários aos avanços da modernidade” (Tavolaro, 2021, p. 1064). Para Holanda esses aspectos eram evidentes nas raízes da cultura ibérica colocados ainda de maneira irredutível no âmago da sociedade nacional.

Portanto, ideal e materialmente, observamos a leitura de uma suposta incapacidade de adaptação e inscrição total na modernidade por conta de certa oposição entre o peso do passado colonial e a expectativa do futuro moderno. Entendo que os espaços onde essas contradições ficam evidentes são justamente as periferias, favelas e comunidades. São os espaços do desencaixe e da alteridade. Espaços que desafiam a lógica única e universal da modernidade. Mais tarde desenvolverei esse pensamento de maneira mais satisfatória.

A questão que eu gostaria de abordar é circunscrita sob a ideia de que a alteridade dos espaços periféricos é constantemente marcada a partir da semântica e de criações simbólicas que representam esses espaços de determinada maneira. A relevância da semântica nessas situações é ressaltada por Pesavento (1999), que explora um dos métodos de criação de distinções simbólicas nas metrópoles contemporâneas ao afirmar que “aqueles que detêm o poder estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido à realidade” (Pesavento, 1999, p. 196). Consequentemente, a marcação negativa de determinada área urbana é formada por meio de termos que delimitam o contexto social desse espaço. Assim, certos conjuntos de palavras são utilizados para perceber e destacar diferenças. Sandra Pesavento argumenta que “a linguagem de estigmatização transforma o espaço num objeto qualificado, no qual as palavras compõem o registro da diferença” (Pesavento, 1999, p. 197).

A antropóloga Patrícia Birman revela nesse sentido a associação do termo “favela”, por exemplo, com uma concepção específica de pobreza, vulnerabilidade e violência através da sua vinculação com determinadas narrativas:

Os processos de identificação criam tipos e a tipificação é imune à diversidade de modos de vida, de escolhas morais, sexuais e religiosas. O seu movimento, por definição, é o de provocar generalizações. Um milhão de pessoas como contraexemplo pouco serve contra uma única identificação negativa que, elevada à condição de emblema, pode legitimar e participar dessas políticas, reafirmando o que seria a “verdadeira” e “autêntica” identidade do grupo a ser considerada em termos de interesse público. Basta um único caso, um único acontecimento, para reiterar a especificidade negativa de um grande conjunto populacional. (Birman, 2008).



Dessa maneira, o emprego do termo "comunidade", por exemplo, ilustra a intenção dos habitantes das áreas periféricas de se autoafirmarem, em vez de serem rotulados por outros. É claro, nesse sentido, que há uma presença notória de "jogos identitários que há muito tempo ocupam a cena pública em torno das favelas" (Birman, 2008). Outros nomes mencionados que refletem esses embates identitários e narrativas presentes no contexto são, por exemplo: periferia, comunidade, assentamento informal, aglomerado subnormal e ocupação. Nesse contexto, percebo que é fundamental, em primeiro lugar, entender através da semântica como esses espaços são conceituados e interpretados, e como cada uma dessas designações comunica e identifica algo distinto sobre um mesmo lugar.

O tempo e a alteridade no tempo também estão marcados através da semântica. Reinhart Koselleck (2006) desenvolve esse pensamento através da ideia da "semântica dos tempos históricos". Por meio dessa o autor alemão compreende a forma pela qual a língua, na criação de novas palavras, ou na ressignificação de antigos termos, dá conta de mudanças na forma de experiência do tempo. Entende, portanto, que: "a linguagem (...) é um índice a expressar as mutações em curso no inundo social" (Koselleck, 2006, p. 11). Essa relação entre história e linguagem é muito evidente, por exemplo, na percepção da mudança do conceito de história a partir do século XVIII com a experiência da modernidade. Essa nova relação com o tempo fica evidente também na criação e utilização de determinados termos para a descrição de fenômenos sociais, como: progresso, declínio, aceleração e atraso.

Já o sentido de alteridade no tempo é desenvolvido por Mudrovcic (2018) através do conceito de "políticas do tempo". Para a autora certas ações sobre o tempo, como a própria constituição do contemporâneo, do presente, são parte na criação de um "outro" que não faz parte dessa contemporaneidade, desse presente. Essa criação se deu, particularmente, durante a modernidade a partir do qual, no século XIX, a Europa se torna padrão universal para a compreensão e mensuração de experiências temporais outras. Ser contemporâneo, portanto, seria habitar o estado moderno. Mudrovcic (2018) coloca:

As políticas do tempo consistem em um conjunto de operações que, ao mesmo tempo em que sancionam o que é próprio ou característico do presente, constroem um "outro" excluindo-o diacrônica ou sincronicamente desse presente, o outro é anacrônico. O outro não é meu contemporâneo. (Mudrovcic, 2018, p. 10).



Compreendendo a questão da semântica e da alteridade, podemos tratar do objetivo principal deste ensaio: analisar a forma pela qual certas noções de tempo são usadas para retratar uma das comunidades na periferia de Florianópolis, Santa Catarina. O documento selecionado para a análise em questão é uma crônica intitulada “o que é que a Tapera tem” publicada no Diário Catarinense, o jornal de maior circulação do estado no período, em setembro de 2011. Nesse sentido, através da linguagem e do uso de determinadas terminologias busco observar justamente a criação desse “outro” no tempo por meio da ideia de exclusão e deslocamento de um presente contemporâneo moderno.

A crônica retrata a comunidade da Tapera da Base, localizada no sul da Ilha de Santa Catarina. O bairro é um dos maiores da cidade de Florianópolis em termos de moradias informais, ou precárias. Assim, em 2019, o número de moradias precárias no bairro era de 3.087 (IBGE, 2019), colocando a comunidade como a primeira da cidade em números absolutos. Usualmente, as narrativas acadêmicas e populares sobre a localidade mobilizam imagens relacionadas à pobreza e à violência para apresentar o espaço, focando quase que exclusivamente em aspectos relacionados às vulnerabilidades econômicas e sociais da comunidade. É nesse sentido, por exemplo, que aparece a pesquisa de D’Agostini et al. (2011), realizada no bairro, e que conclui sobre a região: “a primeira e mais evidente conclusão neste estudo de caso é a de que a Comunidade da Tapera da Base vive, no geral, um estado de elevada vulnerabilidade, de baixa resiliência e de considerável resistência.” (D’Agostini et al, 2011, p. 600). E completam:

Em seu sentido mais amplo, uma vulnerabilidade biofísica elevada decorre, principalmente, do contexto social em que a comunidade está inserida. A baixa resiliência, compreendida como a insuficiente capacidade de no dia a dia se restabelecer sem empobrecer cada vez mais, é produto das dificuldades crescentes para sustentar-se em um sistema social. Já a quase heroica resistência é, possivelmente, expressão de uma emergência, ou seja, a coragem e a solidariedade que seres sociais ameaçados encontram em si a partir da precariedade de condições que podem afetar a todos e cada um. (D’Agostini et al, 2011, p. 600).

Relatos orais do bairro também dão conta dessa relação marcada por aspectos negativos na imaginação popular. O preconceito, nesse sentido, é infelizmente um fator de aglutinação social e cultural para os moradores do bairro. Como revela, por exemplo, uma das entrevistadas, trabalhadora de um serviço público na região: “a Tapera tem um preconceito





com relação ao seu morador” e completa, dizendo que “nem todo profissional vai querer trabalhar na Tapera...” (Maria, 2021). Outro entrevistado com grande circulação nos grupos sociais do bairro aponta a forma pela qual o morador da Tapera era visto no centro da cidade: “O jovem da Tapera era tido como um ‘maconheiro’, uma pessoa que não era boa.” (Luiz, 2022).

É claro que a imagem dessa Tapera e das várias outras comunidades de Florianópolis — cerca de 136 comunidades na área conurbada de Florianópolis segundo estudo do Comitê de Áreas (2020) — vai de encontro com a imagem moderna desenvolvida pela cidade desde a década de 1990 quando ocorreu a difusão nacional da imagem de Florianópolis como uma “cidade-paraíso”, impulsionada por intensos investimentos em estratégias de marketing urbano (Pozzo; Vidal, 2011). No mesmo período consolidou-se também a imagem de Florianópolis enquanto a “Ilha da Magia” e a “Capital Turística do Mercosul”. Já na última década tem se consolidado a associação do município com o setor tecnológico através do Polo Tecnológico de Florianópolis. Fato é que essas são imagens paradisíacas e modernas que pouco levam em consideração outras realidades, talvez não tão aprazíveis, existentes na cidade, como nas comunidades e favelas. Que não são poucas, como pudemos observar.

Voltando à crônica, no texto o autor busca demonstrar de forma quase-jocosa o cotidiano e experiências cotidianas encontradas na Tapera, bem como certas características culturais e físicas do espaço e do povo dali. Entre as várias descrições o autor aponta que a Tapera é “Museu do nada, cinema marginal, teatro do absurdo...” (Boppré, 2011). Já na descrição do espaço, ele aponta para um lugar que está “para além do abandono”, cheio de “lajes para construir” e água parada. Bem como “pedaços de terra sem escritura”, ruas sem calçada e homens desempregados. Na Tapera também teriam “sete tiros no meio da noite”, toque de recolher e “gente outra que trabalha sem nota fiscal” vendendo “pó e fumo”. Marcantes seriam também a falta de praças e parques públicos e a enorme quantidade de pastores e igrejas. Junto das igrejas, estariam também os vários botecos, que, porém, não aceitam o cartão eletrônico “Visa”.

O que observamos na coluna de Boppré não é apenas a descrição de um lugar pobre, antes fosse isso, mas a descrição de um local intocado pela modernidade e pela civilização. Um local parado no tempo e ‘assombrado’ pelo peso do passado. Um lugar marcado ainda por normas religiosas, pela pouca estrutura urbana e pela violência sem sentido. Também vemos o autor como se este estivesse observando a Tapera a partir de outra

cidade, uma mais moderna e hegemônica. Assim, é fundamental na minha leitura a percepção da falta do cartão “Visa” no bairro, como colocado pelo autor, enquanto uma alegoria para esse sentimento de deslocamento em relação a modernidade imposto na cidade. Para essa experiência de tempo não contemporânea contida na falta da tecnologia e do paradisíaco com o qual Florianópolis é associada. A semântica deixa evidente, nesse sentido, essas relações temporais.

Essa concepção de tempo, porém, toma a modernidade como um fenômeno único, linear e homogêneo. Temos então esse deslocamento dos não ajustados, de experiências periféricas, para “um ‘outro’ lugar na estrutura temporal” (Chakrabarty, 2000, 7-8 apud Tavolaro, 2021). Entretanto, abordagens pós-coloniais demonstram possibilidades outras na leitura desse fenômeno. Nesse sentido, segundo Tavolaro (2021), podemos pensar as singularidades modernas periféricas enquanto interpelações críticas do aspecto homogêneo do tempo moderno. Bem como possibilidades na leitura do “teor fragmentário, contingente e oscilante dos processos de modernização” (Tavolaro, 2021, p. 1042). Isso posto, podemos interpretar de forma alternativa a criação desse ‘outro’ na Tapera, assim como experiências temporais não alinhadas a modernidade, lidas aqui por meio do conceito de heterocronias e na possibilidade de leitura de múltiplas temporalidades. Por consequência, é possível pensar em outras formas de interpretação da cidade de Florianópolis, do seu processo de modernização e das alteridades inseridas historicamente no espaço, tendo essas não como relações de contraposição, mas como complementariedades.

## Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: Ana Brancher (Org.) **História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. 102-113.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.

BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?” In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favela %C3%A9 comunidade%3F \(artigo\)](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favela_%C3%A9_comunidade%3F_(artigo)). Acesso em: 08 fev. 2022.

BOPPRÉ, Fernando. O que é que a Tapera tem. **Diário Catarinense**, [Florianópolis], 03 de set. 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

D'AGOSTINI, Luiz Renato. et al. **Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades - Subprojeto Populações Estudo de Caso Tapera da Base**. Florianópolis: UFSC, 2010.

GATTINATA, Enrico Castelli. A multiplicidade temporal: um problema no qual ciência, história e filosofia se encontram. In: SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018. p. 39–72.  
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11a. edição. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2006.

IBGE. **Aglomerados subnormais 2019: distância ao estabelecimento de saúde de atenção primária mais próximo**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2019. Disponível em: <https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=67c70e701c624c63a6f1754a8b8bce4a>. Acesso em: 16 nov. 2023.

JORDHEIM, Helge. Camadas de tempo: condições históricas e semânticas para uma estratigrafia do tempo e da história. In: SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018. p. 291–310.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. tradução: Wilma P. Maas; Carlos A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto [u.a], 2006.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)**. Florianópolis: Insular, 2016.

MATA, Sérgio da. Entropia temporal: das razões sociológicas aos limites antropológicos. In: SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018. p. 226–257.

MUDROVIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?. **Artcultura**, [s. l.], v. 20, n. 36, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/45584>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v.19, n.37, p. 195-216. 1999

POZZO, Renata Rogowski; VIDAL, Leandro Moraes. A cidade contra a ilha: aspectos da urbanização contemporânea em Florianópolis. **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, UFMG, Belo Horizonte**, [s. l.], 2011.

SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.



SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis**. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TAVOLARO, Sergio B. F. Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 1059–1082, 2021. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922021000301059&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922021000301059&tlng=pt). Acesso em: 1 ago. 2023.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). **Um século de favela**. 5a. eded. Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV, 2006.

### **Entrevistas Realizadas**

LUIZ. [Entrevista cedida a Vinícius Silveira Luz]. Florianópolis, 05 de maio de 2022.

MARIA. [Entrevista cedida a Vinícius Silveira Luz]. Florianópolis, 15 de setembro de 2021.